

## Provas e Exames do Ensino Secundário

## Divulgação aos Alunos do Ensino Secundário e EE das Instruções para Realização; Classificação e Reapreciação

### Norma 02/JNE/2022



NORMA 02/JNE/2022  
Instruções para Realização  
Classificação | Reapreciação  
Reclamação: Provas e Exames do  
Ensino Básico e Ensino Secundário

**Resumo da Norma 2**  
**Pontos:**  
**4, 9, 10,**  
**11, 12, 13,**  
**18, 19, 20, 23, 26 e**  
**Capítulo III -**  
**Reapreciação das Provas e**  
**Exames**

## Ponto 4 – Material Específico Autorizado

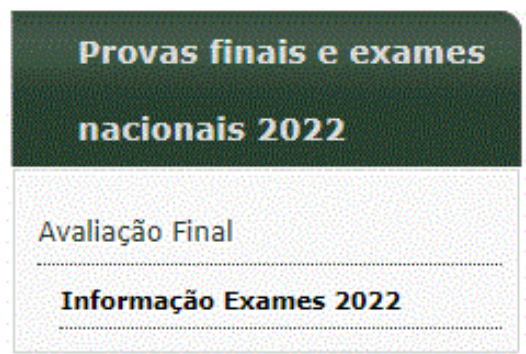
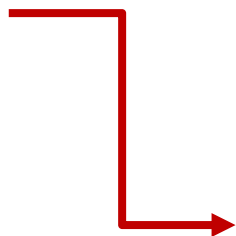
- **4.3.** As folhas de prova a utilizar nos exames finais nacionais e nas provas de equivalência à frequência do ensino secundário são de modelo próprio da EMEC (Editorial do Ministério da Educação e Ciência), sendo quadriculadas nas provas de Matemática A (635), Matemática B (735) e MACS (835).
- (Apenas a prova de PLNМ (Port. Língua Não Materna-839) é realizada no próprio enunciado da prova.

**4.6.** O papel de rascunho (formato A4) é fornecido pela escola devidamente carimbado, sendo datado e rubricado por um dos professores vigilantes.

O papel de rascunho **não** pode ser entregue ao examinando antes da distribuição dos enunciados.

**4.7.** Durante a realização das provas e exames os alunos apenas podem usar o material autorizado nas Informações-Prova, da responsabilidade da escola e do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE, I.P.).

De seguida, irá ser transmitida a informação relativa à utilização das máquinas de calcular, que poderá ser consultada na página da escola, no separador lateral esquerdo:



**4- Utilização de Calculadoras no Ensino Básico e no Ensino Secundário: Prova Final de Ciclo de Matemática – 9.º ano; Exames Finais Nacionais de Economia A, de Física e Química A, de Matemática A, de Matemática B e de Matemática Aplicada às Ciências Sociais, em 2021-2022.**

## Ponto 4



- **Ofício nº 3676/2022/DGE-DSDC-DES- Utilização de calculadoras no Ensino Básico e no Ensino Secundário.**

- Lista exemplificativa não exaustiva, de máquinas de calcular passíveis de serem utilizadas nos Exames Finais Nacionais de Física e Química A, de Matemática A, de Matemática B e de Matemática Aplicada às Ciências Sociais – 2021/2022.

[lista\\_anexa\\_de\\_calculadoras\\_2022.pdf \(mec.pt\)](#)

- FAQ'S das calculadoras no endereço eletrónico <https://www.dge.mec.pt/perguntas-frequentes-calculadoras> .

**4.9.** Relativamente às máquinas de calcular, deve ter-se em atenção o seguinte:

**a)**

- No exame final nacional de Economia A (712) não é permitida a utilização de calculadoras gráficas. Só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no Ofício Circular 3676/2022/DGE-DSDC-DES ou seja, apenas calculadoras não alfanuméricas e não programáveis, as quais se caracterizam por não terem visível no teclado todo o abecedário inscrito, possuindo apenas teclas com algumas letras que permitem ter acesso a memórias numéricas que funcionam como constantes;

**b)** No exame final nacional de **Física e Química A (715)**, os alunos deverão ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade **modo de exame** (Cf. *Ofício Circular S-DGE/2017/3040, de 11 de setembro e Ofício Circular 3676/2022/DGE-DSDC-DES*).

**c)** Nos exames finais nacionais de **Matemática A (635)**, **Matemática B (735)** e **Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835)**, os alunos deverão ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade de **modo de exame**;

A funcionalidade modo de exame deve ser ativada na sala onde se realiza o exame, na presença do professor coadjuvante, antes do início das provas.

**d)** As escolas deverão comunicar, pelo meio mais expedito, a todos os alunos inscritos nos exames nacionais de Física e Química A (715), Matemática A (635), Matemática B (735) e Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835) que **devem ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade modo de exame.**

Neste sentido, deverão as escolas orientar os alunos para que estes possam aceder a toda a informação que lhes permita saber colocar a sua máquina calculadora com esta funcionalidade ativa;

**e)** Só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular 3676/2022/DGE-DSDC-DES. As escolas divulgam atempadamente o referido ofício circular pelos meios que considerem mais adequados, já que tem por objetivo informar os alunos e os professores coadjuvantes, dos modelos mais comuns existentes em Portugal, que satisfazem as condições exigidas;



**f)** As escolas deverão solicitar junto das marcas os procedimentos específicos para colocar as máquinas calculadoras em modo de exame e adotar medidas organizativas para que no dia do exame os procedimentos de verificação das máquinas de calcular, de ativação da funcionalidade modo de exame e da limpeza da memória, caso se justifique, decorram com a celeridade e normalidade requeridas;

**g)** Na eventualidade de ocorrer, durante a verificação das calculadoras, qualquer situação que suscite dúvidas, deverá o secretariado de exames da escola contactar de imediato o agrupamento do JNE a que pertence. Na impossibilidade de ver esclarecida alguma eventual dúvida em tempo útil, deverá ser garantido aos alunos a realização do seu exame, sendo que, caso se justifique, a ocorrência poderá ser reportada ao agrupamento do JNE, nos termos habituais.

## ATENÇÃO – UTILIZAÇÃO DE CALCULADORAS

### PROVAS E EXAMES

Sempre que os alunos se apresentem a uma prova ou a um exame com uma calculadora cujas características técnicas não se enquadrem nas condições previstas, levantando dúvidas quanto à legitimidade da sua utilização, é-lhes permitido o seu uso, devendo obrigatoriamente ser preenchido o **Modelo 04/JNE**.

Excecionalmente, a escola pode proceder ao empréstimo de uma calculadora, quando possível, na situação referida ou no caso de avaria, devendo o examinando preencher igualmente o **Modelo 04/JNE**, para arquivo na escola.

Na situação em que a calculadora suscite dúvidas, é preenchido também obrigatoriamente o **Modelo 04-A/JNE**, o qual é enviado, após o termo da prova, à Comissão Permanente do JNE, com conhecimento à respetiva delegação regional e ao agrupamento do JNE.

Caso se venha a confirmar o uso de calculadora com características técnicas diferentes das previstas, a prova é anulada.

Os alunos só podem levar para a sala de prova/exame uma única calculadora.

Os exemplos  
dos modelos  
de  
Identificação  
das  
calculadoras,  
apresentam-  
se de  
seguida

**MODELO 04**

**IDENTIFICAÇÃO DE MÁQUINA DE CALCULAR**

Escola \_\_\_\_\_

Prova /Código \_\_\_\_\_

Ensino Básico: 1.ª FASE  2.ª FASE

Ensino Secundário: 1.ª FASE  2.ª FASE

O aluno \_\_\_\_\_

portador do Cartão de Cidadão\* n.º \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,

Utilizou a máquina de calcular, marca \_\_\_\_\_, modelo/referência \_\_\_\_\_. Caso se

venha a confirmar o uso ilícito da calculadora, a prova/exame é anulada.

Aceitou a máquina de calcular disponibilizada pela escola, para realizar a prova /exame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Professor Coadjuvante

O Aluno

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**MODELO 04-A****IDENTIFICAÇÃO DE MÁQUINA DE CALCULAR**

Agrupamento JNE \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_

Prova /Código \_\_\_\_\_   Ensino Básico: 1.ª FASE  2.ª FASE Ensino Secundário: 1.ª FASE  2.ª FASE O aluno com o número convencional     portador do Cartão de Cidadão\* n.º \_\_\_\_\_,

válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, utilizou a máquina de calcular, marca \_\_\_\_\_,

modelo/referência \_\_\_\_\_, tendo tomado conhecimento da eventual anulação da prova,

no caso de se confirmar o uso ilícito da referida calculadora.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Professor Coadjuvante

\_\_\_\_\_

O Coordenador do Secretariado de Exames

\_\_\_\_\_

**4.10.** Os alunos do ensino secundário que realizem provas e exames e possuam uma calculadora suscetível de levantar dúvidas relativamente às suas características deverão, **até 31 de maio**, solicitar na escola a confirmação da possibilidade de utilização da mesma. Nesta situação, o diretor deve emitir declaração, a ser entregue aos alunos, ficando uma cópia arquivada na escola.

**4.11.** É permitido o uso de dicionários, nos termos definidos no artigo 31.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário.

## Educação

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação:

**Despacho Normativo n.º 7-A/2022:**

Determina a aprovação do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2021-2022. .... 453-(2)

**NOTA** – Os alunos podem utilizar apenas o material discriminado na Informação-Prova de cada prova e código.

**4.12.** O secretariado de exames, em conjunto com o professor coadjuvante, define os procedimentos para verificação do material a usar pelos alunos. Tal verificação deve ocorrer antes do início da prova.



## Ponto 9 – Convocatória dos Alunos

**9.1.** Os alunos devem apresentar-se na escola, junto à sala ou local da prova, 30 minutos antes da hora marcada para o seu início.

## Ponto 9 – Convocatória dos Alunos

**9.2.** A chamada faz-se pela ordem constante nas pautas, 25 minutos antes da hora marcada para o início da prova e, durante esse período, devem ser seguidos os seguintes procedimentos :

- antes da entrada na sala de prova, os professores vigilantes devem solicitar aos alunos que efetuem uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuem o material necessário para a realização da prova e que não possuem qualquer material ou equipamento não autorizado, em particular telemóveis.

## Ponto 9 – Convocatória dos Alunos

- para acautelar qualquer esquecimento, os alunos assinam, já nos respetivos lugares, o Modelo 05/JNE, confirmando que efetuaram a verificação referida.

**9.3.** Na eventualidade de algum aluno se apresentar para a realização de provas ou exames sem constar da pauta, deve ser admitido à prestação da prova, a título condicional, desde que haja indícios de erro administrativo.

**Nota** – Os alunos devem **sempre** consultar as pautas de chamada nos dias anteriores ao dia do exame.

Muito Importante

**9.4.** Os alunos que se apresentam na sala de realização da prova **após** o início do tempo regulamentar **não podem realizar a prova ou exame.**

### Informação Importante

30  
min

Os alunos devem comparecer junto à sala ou local da prova 30 min antes da hora marcada para o seu início

25  
min

A chamada é efetuada 25 min antes da hora marcada para o início da prova

Após a hora de início do tempo regulamentar da prova, não é permitida a entrada dos alunos.

## Ponto 10 – Identificação dos Alunos

**10.1.** Os alunos não podem prestar provas sem serem portadores do seu cartão de cidadão ou de documento que legalmente o substitua, desde que este apresente fotografia. O cartão de cidadão ou o documento de substituição devem estar em condições que não suscitem quaisquer dúvidas na identificação do aluno.

- **10.2.** Para fins de identificação dos alunos, não são aceites os recibos de entrega de pedidos de emissão ou revalidação de cartão de cidadão. Os alunos que apresentem esse recibo são considerados indocumentados.

- **10.3.** Os alunos que não disponham de cartão de cidadão emitido pelas autoridades portuguesas podem apresentar título de residência, passaporte ou documento de identificação utilizado no país de que são nacionais e que utilizaram no ato de inscrição.

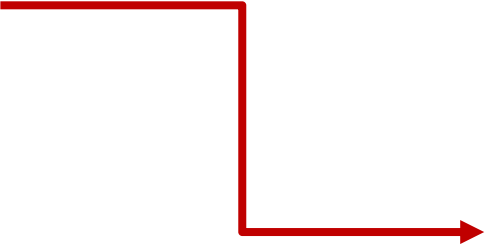


- Neste caso, devem ser portadores do documento emitido pela escola com o **número interno** de identificação que lhes foi atribuído.

- **10.4.** Os alunos sem documento de identificação **podem** realizar a prova, mas o Secretariado de Exames (SE) deve elaborar um auto de identificação utilizando os modelos dedicados a esse efeito.

- Os procedimentos a adotar variam de acordo com a situação:

**Situação 1** – O aluno frequenta a escola e pode ser identificado por duas testemunhas.

- 
- O auto de identificação é assinado por:
- um elemento do SE
  - pelas testemunhas
  - pelo aluno

**Situação 2** – O aluno não frequenta a escola, ou mesmo frequentando, não pode ser identificado por duas testemunhas.



O auto de identificação é assinado pelo:

- coordenador do SE
- aluno (que deve apor a impressão digital)

Nos dois dias úteis seguintes ao da realização da prova, os alunos referidos na situação 2, acompanhados dos respectivos encarregados de educação, quando menores, devem comparecer na escola, com o documento de identificação, e apor novamente a sua impressão digital do indicador direito sobre o auto elaborado no dia da prova, sob pena de anulação da mesma.



No caso de um aluno menor, a situação 1 ou 2 deve ser comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual tem de tomar conhecimento da ocorrência, assinando também o respetivo auto.

No caso de não se verificar a confirmação da identidade do aluno no prazo estabelecido e se a prova já tiver sido enviada ao agrupamento do JNE, para classificação, o diretor deve informar o respetivo responsável do agrupamento do JNE.

## Ponto 11 – Distribuição das Folhas de Resposta

**11.1.** Terminada a chamada e atribuídos os lugares, os professores responsáveis pela vigilância devem distribuir o papel de prova nas disciplinas em que a prova não é resolvida no próprio enunciado.

**11.2.** Aos alunos não é permitido escrever nas folhas de resposta, antes da distribuição dos enunciados das provas, à exceção do preenchimento do respetivo cabeçalho.

**11.3.** Nos exames finais nacionais das disciplinas de Desenho A (706) e de Geometria Descritiva A (708), deve ter-se em conta que, em cada folha de prova, apenas pode ser resolvido um único exercício, não devendo, em caso algum, ser utilizado o verso da respetiva folha.



Nestes exames têm de ser distribuídas folhas de prova correspondentes ao número de itens da respetiva prova:

- Desenho A – 3 folhas
- GDA – 5 folhas

## Ponto 12 – Preenchimento do Cabeçalho da Prova

**12.1.** No cabeçalho das folhas de resposta, o aluno deve escrever:

### a) Na parte **destacável**:

- O seu nome completo, de forma legível e sem abreviaturas;
- O número do cartão de cidadão ou nº interno;
- Assinatura, conforme o cartão de cidadão ou documento de identificação equivalente;
- A designação e o código da prova que se encontra a realizar como, por exemplo, prova de Português (639) ou prova de Matemática B (735);
- Ano de escolaridade e fase.

## **b) Na parte fixa:**

- Novamente, a designação e o código da prova que se encontra a realizar;
- O ano de escolaridade e fase;
- Versão 1 ou 2, no caso das provas com versão, conforme enunciado distribuído.
- No final da prova, o número de páginas utilizadas na sua realização.

**12.2.** Caso haja rasura no preenchimento dos itens referidos no número anterior, especialmente nas situações em que o aluno já tenha registado respostas a questões da prova, a folha não deverá ser substituída, sendo a alteração registada de modo legível. Esta alteração deve também ser claramente identificada no reverso da parte destacável do cabeçalho, sendo neste local apostas as assinaturas de, pelo menos, um professor vigilante e do aluno. Por exemplo: *Rasurei o número de cartão de cidadão, devendo ler-se....., a que se seguem as assinaturas.*

Nº interno, aluno sem CC emitido pelas autoridades portuguesas



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

EXAME FINAL NACIONAL

ANO LETIVO 2021/ 2022

A PREENHER PELA ALUNO

NOME COMPLETO Nome completo do/a aluno/a

CARTÃO DE CIDADÃO Nº CC c/ os dígitos e letras Data de validade do CC

NÚMERO INTERNO

ASSINATURA DO ALUNO Assinatura conforme o doc. de identificação

PROVA DE Português (por exemplo)

CÓDIGO 6 3 9

ANO DE ESCOLARIDADE 12º

FASE 1 ou 2

PROVA DE Português (por exemplo)

CÓDIGO 6 3 9

ANO DE ESCOLARIDADE 12º

FASE 1 ou 2

N.º TOTAL DE PÁGINAS UTILIZADAS 0 6 –(por exemplo) VERSÃO 1 ou 2 (no caso de provas c/ versões)

- Preencher o nº total de páginas utilizadas apenas no **final** da prova.
- Contabilizar todas as páginas, mesmo que no meio da prova tenha ficado alguma página em branco.
- A(s) última(s) página(s) em branco não são contabilizadas para o nº total.

## **ATENÇÃO**

Se não for indicada a versão (versão 1 ou versão 2) no cabeçalho da folha de prova são classificadas com zero (0) pontos todas as respostas aos itens de seleção, conforme indicação nas instruções de cada uma das provas.



## Ponto 13 – Advertências aos Alunos

**13.1.** Os professores responsáveis pela vigilância devem avisar os alunos do seguinte:

- a)** Não é permitido escrever o nome em qualquer outro local das folhas de resposta, para além do cabeçalho;
- b)** Não é permitido escrever comentários despropositados ou descontextualizados, nem mesmo invocar matéria não lecionada ou outra particularidade da sua situação escolar;
- c)** Só é permitido usar caneta/esferográfica de tinta azul ou preta indelével;
- d)** Não é permitido utilizar fita ou tinta corretora para correção de qualquer resposta, devendo riscar, em caso de engano;

- e)** Não é permitida a partilha de material durante a realização da prova e exame;
- f)** Não é permitido escrever nas margens da prova nem nos campos destinados às cotações;
- g)** Nos exames de Matemática A (635), Matemática B (735) e MACS (835), a utilização do lápis só é permitida nos itens que envolvem construções que impliquem a utilização de material de desenho, devendo o resultado final ser apresentado a tinta;
- h)** As provas ou parte de provas realizadas a lápis, sem indicação expressa, não são consideradas para classificação;

- i)** Só é permitida a expressão em língua portuguesa nas respostas às questões das provas e exames, excetuando-se, obviamente, as disciplinas de língua estrangeira;
- j)** Só é permitida a consulta de dicionários nos termos definidos no artigo 31.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário;
- k)** Não é permitido abandonar a sala antes de terminado o tempo regulamentar da prova;
- l)** Não é permitida a ingestão de alimentos, à exceção de água, exceto para situações expressamente autorizadas.

## Atenção:

### Advertências importantes contidas no Ponto 6

**6.8.** Para a realização dos exames finais nacionais, provas a nível de escola e provas de equivalência à frequência, os alunos **não podem ter junto de si** quaisquer suportes escritos não autorizados como, por exemplo, livros, cadernos, ou folhas nem quaisquer sistemas de comunicação móvel como computadores portáteis, aparelhos de vídeo ou áudio, incluindo telemóveis, relógios com comunicação wireless (smartwatch), bips, etc..

Os objetos não estritamente necessários para a realização da prova como mochilas, carteiras, estojos, etc. devem ser recolhidos por elementos da escola ou colocados junto à secretária dos professores vigilantes ou noutra local por eles indicado, devendo os equipamentos aí colocados ser devidamente desligados.



**Os alarmes dos TM deverão ser desativados**

## **ATENÇÃO**

Qualquer telemóvel, relógio com comunicação wireless (smartwatch), ou outro meio de comunicação móvel que seja detetado na posse de um aluno, **quer esteja ligado ou desligado**, determina a anulação da prova pelo diretor da escola.

Se tocar ou for detetado algum destes dispositivos nas mochilas dos alunos, ou seja, não estando na posse dos alunos, tal ocorrência não determina a anulação da prova, devendo ser tomadas as necessárias diligências para que a prova continue a decorrer com a maior normalidade e silêncio.

**6.9.** O diretor da escola deve comunicar atempadamente, pelos meios usuais e que julgue ser mais eficazes, aos encarregados de educação ou aos alunos, quando maiores, a necessidade de estes não serem portadores de telemóveis, smartwatches, ou outro equipamento proibido, no dia de realização das provas e exames, tendo em conta a possibilidade de, inadvertidamente, se esquecerem destes equipamentos na sua posse durante a realização das provas e exames, o que, obrigatoriamente, implicará a sua anulação. Esta informação deve também ser afixada em local bem visível da escola, **bem como ser transmitida pelos respetivos diretores de turma a todos os alunos que realizam provas e exames.**

## Ponto 18 – Substituição das Folhas de Resposta

**18.1.** Os alunos podem riscar respostas ou parte de respostas que não queiram ver consideradas na classificação, sem necessidade de substituição da folha de prova.

**18.2.** As folhas de prova **não deverão ser, por princípio, substituídas**. Em caso de força maior que possa implicar a transcrição de alguma folha de prova, por ex, mancha ou rasgão significativos, deve o facto, de imediato, ser comunicado ao SE, sendo os itens transcritos para nova folha, após o final da prova.

**18.3.** As folhas inutilizadas provenientes das situações descritas nos dois números anteriores são entregues no SE, conjuntamente com as provas recolhidas, não seguindo, em caso algum, para classificação.

## Ponto 19 – Desistência da Realização da Prova

**19.1.** Em caso de desistência de realização da prova, não deve ser escrita pelo aluno qualquer declaração formal de desistência, nem no papel da prova nem em qualquer outro suporte.

**19.2.** O aluno não pode abandonar a sala antes do final do tempo de duração da prova.

**19.3.** A prova é enviada ao agrupamento do JNE, para classificação, ainda que tenha só os cabeçalhos preenchidos.



## Ponto 20 – Abandono não Autorizado da Sala

**20.1.** Se, apesar de advertido, algum aluno abandonar a sala antes do final do tempo regulamentar da prova, os professores vigilantes, através do secretariado de exames, devem comunicar imediatamente o facto ao diretor da escola.

**20.2.** O diretor toma as medidas adequadas para impedir a divulgação da prova, não permitindo, nomeadamente, que o aluno leve consigo o enunciado, a folha de resposta e o papel de rascunho e assegurando que aquele, em caso algum, volte a entrar na sala da prova.

**20.3.** Nesta situação, a prova é anulada pelo diretor, ficando em arquivo na escola, para eventuais averiguações.

## **Ponto 21 – Prestação de esclarecimentos**

Durante a realização das provas e exames, os professores vigilantes, coadjuvantes e elementos do secretariado de exames **não podem prestar aos alunos qualquer tipo de esclarecimento** relacionado com os conteúdos das provas que não tenha sido autorizado pelo JNE.

## **Ponto 23 – Irregularidades e fraudes**

Na ocorrência de quaisquer irregularidades ou fraudes são aplicáveis os artigos n.ºs 32.º e 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa dos Ensinos Básico e Secundário (Despacho Normativo nº7-A/2022).

## Ponto 26 – Realização da Componente Oral de Línguas Estrangeiras e de PLNМ

**26.1.** Para além da componente escrita, os exames nacionais de línguas estrangeiras e de PLNМ são constituídos por uma componente de avaliação da produção e interação orais.

**26.3.** A componente oral é realizada preferencialmente em grupos de dois alunos, podendo, em casos pontuais e caso haja necessidade, ser realizada em grupos de três alunos ou individualmente.

Na impossibilidade da realização presencial da componente oral por motivos diversos dos intervenientes no processo, é permitido o recurso a meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência, ou outro meio digital, de forma a permitir a realização da mesma.

## Ponto 26 – Realização da Componente Oral de Línguas Estrangeiras e de PLNМ

**Nota – Neste ponto foram selecionadas apenas as informações de maior relevância para os alunos**

**26.19.** A avaliação da componente oral é calendarizada a nível regional e é da responsabilidade do respetivo agrupamento do JNE, em articulação com as escolas, tem a duração máxima de **15 minutos**, independentemente do número de alunos que interagem em cada oral.

## Ponto 26 – Realização da Componente Oral de Línguas Estrangeiras e de PLNМ

**26.20.** Os alunos realizam a componente oral na sua própria escola, podendo eventualmente realizar em outras escolas se, por questões organizativas, for considerado necessário pelo JNE em articulação com a DGEstE.

**26.23.** Os alunos apresentam-se **20 min** antes do início da sessão junto da sala de espera.

## Ponto 26 – Realização da Componente Oral de Línguas Estrangeiras e de PLNМ

**26.24.** A chamada dos alunos é efetuada na(s) sala(s) de espera, **15 minutos antes do início de cada sessão** de avaliação, pelo elemento do secretariado de exames.

**26.27.** A escolha dos pares (ou trios) de alunos deverá ser feita pela ordem da pauta de chamada, devendo os alunos ser informados de que irão realizar a componente oral em pares, implicando atividades de interação com o(s) colega(s).

**26.29.** Os alunos deverão fazer-se acompanhar de comprovativo da sua identificação.

## Ponto 26 – Realização da Componente Oral de Línguas Estrangeiras e de PLNМ

**26.58.** Em situações devidamente justificadas, o júri pode realizar a componente oral a distância com recurso à videoconferência.

**26.60.** A opção da realização da componente oral por videoconferência é da competência do agrupamento do JNE.

# Cap.III–Reapreciação e Reclamação das Provas de Exame

## Ponto 45 – Competência para a reapreciação das provas

**45.1.** É da competência do JNE a reapreciação das seguintes provas e exames:

- a) Provas finais do ensino básico;
- b) Exames finais nacionais do ensino secundário;
- c) Provas de equivalência à frequência;
- d) Provas a nível de escola.



**45.2.** No âmbito do processo de reapreciação e reclamação deve ser observado o determinado no capítulo VI do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário (Despacho Normativo nº 7-A/2022).

## Ponto 46 – Provas Passíveis de Reapreciação

**46.1.** É admitida a reapreciação dos exames finais nacionais, provas de equivalência à frequência e provas a nível de escola de cuja resolução haja registo escrito em suporte papel, suporte digital ou produção de trabalho bidimensional ou tridimensional.

**46.3.** Quando a prova, para além da resolução escrita, incluir a observação do desempenho de outras competências, nomeadamente componente prática ou componente de produção e interação orais, só é passível de reapreciação a parte escrita.

**46.4.** Podem requerer a reapreciação das provas, o EE ou o próprio aluno, quando maior de idade.

## Ponto 47 – Efeitos da Apresentação do Pedido

**47.1.** A formalização do pedido de reapreciação de uma prova implica a suspensão da classificação que fora inicialmente atribuída, sem prejuízo da sua utilização, a título provisório, para efeitos de apresentação do processo de candidatura ao ensino superior, no caso dos alunos do ensino secundário.

**47.2.** A classificação que resultar do processo de reapreciação é aquela que passa a ser considerada para todos os efeitos, ainda que inferior à inicial, sem prejuízo do estabelecido no número seguinte.

**47.3.** A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da classificação da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum, a reprovação do aluno quando este já tiver sido aprovado com base na classificação inicial, caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação.

## Ponto 48 – Fases do Processo

- **48.1.** No processo de reapreciação há a considerar duas fases distintas:
  - a) A consulta das provas**, que se destina a permitir que o aluno possa conhecer a classificação que foi atribuída a cada questão da prova;
  - b) O pedido de reapreciação propriamente dito**, que tem início quando o aluno, após a consulta da prova, entende prosseguir o processo de reapreciação e, por esse motivo, apresenta o requerimento de reapreciação e a alegação justificativa.

## Ponto 49 – Pedido de Consulta de Prova

**49.1.** O requerimento para consulta da prova (Modelo 09/JNE) em formato pdf editável, disponibilizado nas páginas eletrónicas das escolas, deve ser descarregado, preenchido e enviado para o correio eletrónico disponibilizado pela escola, pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, e deve ser dirigido ao diretor da escola.

**49.2.** O requerimento é enviado/apresentado, no próprio dia e no dia útil seguinte ao da publicação da respetiva classificação, servindo este de recibo a devolver ao requerente.

## Ponto 50 – Realização da Consulta

**50.1.** No prazo máximo de um dia útil, após o prazo referido no número anterior, devem ser facultados aos alunos as cópias da prova realizada, incluindo o documento “classificação de itens de prova”, se aplicável, em suporte digital (formato pdf) ou em suporte papel, mediante o pagamento de encargos que deverão estar em linha com outros habitualmente praticados.

**50.2.** A consulta do original da prova só pode ser efetuada na presença do diretor, subdiretor, adjunto do diretor ou do coordenador do secretariado de exames.

## Ponto 51 – Formalização do Pedido de Reapreciação

**51.3.** Os modelos referentes ao processo de reapreciação devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <https://www.dge.mec.pt/modelos>, a disponibilizar pelas escolas nas suas páginas eletrónicas, sendo descarregados, preenchidos e enviados para o correio eletrónico disponibilizado pelas escolas, para posteriormente serem impressos e assinados para apresentação na escola.

**51.2.** O requerimento deve ser formalizado, nos dois dias úteis seguintes ao prazo mencionado no n.º 50.1., através do Modelo 11/JNE, dirigido ao Presidente do JNE.

**51.3.** A validação do modelo 11/JNE é formalizada presencialmente mediante assinatura do modelo e respetivo pagamento.



**51.4.** O pedido de reapreciação é acompanhado de alegação justificativa, a apresentar no Modelo 11-A/JNE.

**51.5.** Quando a alegação não for redigida no Modelo 11-A/JNE, deve ser anexada ao referido modelo, o qual serve de folha de rosto.

**51.6.** Se a reapreciação incidir exclusivamente sobre **erro na soma das cotações** e ou **erro na atribuição da classificação aos itens de seleção**, o requerente deve apresentar o Modelo 10/JNE devidamente preenchido, não havendo neste caso lugar a alegação nem sendo devido o depósito de qualquer quantia.

## Ponto 56 – Reclamação

**56.1.** O requerimento da reclamação deve ser formulado no Modelo 14/JNE e a fundamentação deve ser exarada nos Modelos 14-A/JNE, sendo apresentado na escola onde foi realizada a prova, nos dois dias úteis seguintes ao da afixação dos resultados da reapreciação.

**56.2.** Para efeitos de reclamação, devem ser facultadas ao interessado fotocópias das diferentes peças do processo – nomeadamente, dos pareceres dos professores relatores e das grelhas de classificação, em suporte papel ou em suporte digital (pdf), mediante o pagamento de encargos que deverão estar em linha com os habitualmente praticados.

**56.3.** Os modelos referidos devem, preferencialmente, ser preenchidos em formato digital, disponíveis em <http://www.dge.mec.pt/modelos>, sendo depois impressos e assinados para apresentação na escola.

## **Ponto 58 – Conclusão do processo de Reclamação**

**58.1.** O Presidente do JNE decide e comunica o resultado do processo de reclamação à escola, a qual deve dar, de imediato, conhecimento ao encarregado de educação ou aluno, quando maior.

## Legislação e Normativos úteis

- **Despacho nº6726-A/2021** – Calendário ano letivo
- **Despacho nº12123-M/2021** – Alteração do calendário do ano letivo
- **Decreto-Lei nº 27-B/2022, de 23 de março**
- **Despacho Normativo nº7-A/2022**
- **Decreto -Lei n.º 55/2018**
- **Norma 1/JNE/2022**
- **Norma 2/JNE/2022**
- **Guia Geral de Exames 2022/ DGES**
- **Guia para Aplicação de Adaptações na Realização de Provas e Exames-JNE/2022**
- **Ofício - 3676/2022/DGE-DSDC-DES - Utilização de Calculadoras**

## Nota Final

- A informação aqui transmitida não invalida a consulta da legislação aplicável ou quaisquer outras informações veiculadas, pelo que se aconselha a consulta frequente da página eletrónica da Direção Geral da Educação e do Agrupamento de Escolas do Fundão.

<https://dge.mec.pt/informacoes-1>

<http://www.esfundao.pt/index.php/avaliacaofinal/infexames>